



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
Avenida Mendonça Junior, 1502 - Bairro Centro - CEP 68900-914 - Macapá - AP - <https://www.tre-ap.jus.br>

1. DADOS DA REUNIÃO:

| <i>Comissão de Acessibilidade e Inclusão</i> | | | |
|--|---|-----------------------|----------------------|
| Data: 26/03/2026 | Início: 14:00 | Término: 15:00 | Local: TRE/AP |
| Pauta: | REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES – COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO – EXERCÍCIO 2025 | | |

2. PARTICIPANTES:

| Nome | Cargo | Função |
|---------------------------------|---------------------|------------------------|
| Stella Simonne Ramos | Juíza | Presidente da Comissão |
| Militão Pereira Souza | Técnico Judiciário | Secretário Executivo |
| Helane Fabíola Mareco Magalhães | Técnica Judiciária | Membra |
| Elioenai Wilcesky Tosini Neves | Analista Judiciário | Membro |
| Soraya Santos de Sousa | Técnica Judiciária | Membra |
| Patrick Dayan Guimarães Pinto | Analista Judiciário | Membro |
| Suellen Damasceno Gemaque | Técnica Judiciária | Membra |
| Railson Amanajás Almeida | Técnico Judiciário | Membro |

3. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES:

ATA DE REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES - COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO - EXERCÍCIO 2025

Aos 27 dias do mês de março de 2026, às 11:00 horas, nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá - TRE/AP, reuniu-se a Comissão de Acessibilidade e Inclusão, instituída pela Portaria Presidência nº 75/2025, sob a presidência da Juíza Eleitoral Stella Simonne Ramos, com a presença de seus membros regularmente designados, conforme composição constante no Relatório Anual de Ações 2025, com a finalidade de proceder à avaliação das atividades desenvolvidas no exercício de 2025.

Aberta a reunião, foi apresentada a pauta única consistente na análise das ações executadas ao longo do ano, com base no Relatório Anual de Ações 2025 da Comissão.

Inicialmente, registrou-se que o exercício de 2025 foi marcado por intensa atuação institucional, com a realização de 17 ações, abrangendo capacitações, eventos, participações institucionais e iniciativas sociais, bem como a obtenção de reconhecimento nacional por meio da conquista do Selo Linguagem Simples do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

No mês de fevereiro, destacou-se a participação da Comissão na construção da Política Nacional para Pessoas com Deficiência no âmbito do Poder Judiciário, em Brasília, bem como a realização de evento voltado ao combate ao capacitismo, em parceria com outros Tribunais Regionais Eleitorais, evidenciando o protagonismo institucional na temática.

Em março, foi ressaltada a realização do evento de Escuta Ativa sediado pelo TRE/AP, destinado à construção do Plano Estadual da Pessoa com Deficiência, reafirmando o

papel do Tribunal como articulador de políticas públicas inclusivas .

No mês de abril, a Comissão promoveu ações relevantes de conscientização no âmbito do “Abril Azul”, com destaque para evento sobre o Transtorno do Espectro Autista, realizado em parceria com o Corpo de Bombeiros, bem como a realização de curso de Libras voltado ao atendimento ao público, fortalecendo a acessibilidade comunicacional .

Em maio, foram desenvolvidas ações voltadas à implementação da política de linguagem simples, mediante capacitação promovida pela ENAP, além de palestra específica sobre atendimento a povos indígenas, evidenciando o compromisso com a inclusão intercultural .

No mês de junho, destacou-se a promoção do Curso de Acessibilidade e Inclusão pela Escola Judiciária Eleitoral do Amapá, bem como a realização da oficina “Reescrevendo a Justiça”, com foco em técnicas de clareza comunicacional e uso de inteligência artificial aplicada à linguagem simples .

Nos meses de julho e agosto, a Comissão participou de importantes eventos nacionais, incluindo a 1ª Conferência Livre de Políticas para Mulheres com Deficiência do Estado e o II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência no âmbito do Judiciário, promovido pelo CNJ, fortalecendo a integração institucional em nível nacional .

Em setembro, registrou-se a realização da Semana da Inclusão, com programação especial alusiva ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, destacando-se a implementação da Central de Libras para atendimento especializado em todas as Zonas Eleitorais, representando avanço significativo na garantia de acessibilidade .

No mês de outubro, foi consignado o reconhecimento institucional obtido com a conquista, pelo segundo ano consecutivo, do Selo Linguagem Simples do CNJ, além da realização de evento com a presença da embaixadora da acessibilidade Wanna Brito, reforçando a visibilidade das ações desenvolvidas .

Em novembro, foram realizadas capacitações práticas em Libras para servidores das Zonas Eleitorais e da sede do Tribunal, bem como a aplicação prática dos conhecimentos no atendimento biométrico a eleitores surdos, evidenciando a efetividade das ações formativas .

Por fim, no mês de dezembro, destacou-se a realização de ação social no âmbito do projeto “TRE Amapá Solidário”, com a entrega de presentes a idosos da Associação Casa Padre Luigi Brusadelli, no município de Santana, promovendo inclusão social e cidadania .

Após análise global, a Comissão deliberou pelo reconhecimento de que o exercício de 2025 representou significativo avanço na consolidação das políticas de acessibilidade e inclusão no âmbito do TRE/AP, evidenciando-se a atuação integrada das unidades administrativas e o alinhamento com as diretrizes nacionais do Poder Judiciário.

Ressaltou-se, ainda, a necessidade de continuidade das ações, com foco na ampliação da acessibilidade digital, fortalecimento da capacitação permanente e institucionalização das práticas exitosas desenvolvidas.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **SUELLEN DAMASCENO GEMAQUE, Membro da Comissão**, em 30/03/2026, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **STELLA SIMONNE RAMOS, Presidente da Comissão**, em 30/03/2026, às 13:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HELANE FABIOLA MARECO MAGALHAES, Membro da Comissão**, em 30/03/2026, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ELIOENAI WILCESKY TOSINI NEVES, Membro da Comissão**, em 30/03/2026, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SORAYA SANTOS DE SOUSA, Chefe(a) de Seção**, em 30/03/2026, às 15:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MILITAO PEREIRA SOUZA, Membro da Comissão**, em 30/03/2026, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1066779** e o código CRC **1E23AC6E**.

0002045-45.2020.6.03.8000

1066779v6

